



30ONGD

30 ANOS . PLATAFORMA . PORTUGUESA

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

SET/OUT 2015 . NÚMERO 8

ISSN 2182-8199

ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DE
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ANA FILIPA OLIVEIRA, CÉSAR NETO,
GRUPO DE TRABALHO DE ÉTICA, MAREEN
BUSCHMANN, PEDRO CRUZ, PEDRO
KRUPENSKI, RUPERT SIMONS

COORDENAÇÃO EDITORIAL LILIANA
AZEVEDO

TRADUÇÃO CÉSAR NETO, NÉLIA RIBEIRO

REVISÃO PAULA AÇO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

PAULA AÇO RESPONSÁVEL FINANCEIRA
E ADMINISTRATIVA /
PAULA.ACO@PLATAFORMAONGD.PT

3 EDITORIAL

4 DOSSIER ‘FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO’

16 BOAS PRÁTICAS

18 INICIATIVA

20 ÉTICA

22 PUBLICAÇÕES

23 AGENDA

[ILUSTRAÇÃO DA CAPA]
ANA GRAVE. 2015

Este é um ano chave no sector do Desenvolvimento, ano em que a comunidade internacional renova os seus compromissos no que toca à luta contra a pobreza e desigualdades sociais, à realização plena dos direitos humanos à escala mundial, à protecção dos recursos do planeta, à adaptação às alterações climáticas, ... enfim, ao bem-estar comum.

Ao longo deste ano, os Chefes de Estado e de Governo reúnem-se ao todo três vezes, no quadro das Nações Unidas, para acordarem prioridades e traçarem metas que terão um impacto à escala global e que servirão de guião, em matéria de Desenvolvimento internacional, pelo menos nos próximos 15 anos. À aprovação da Agenda para a Acção de Adis Abeba (Etiópia), em Julho, e da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 composta por 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em Setembro, em Nova Iorque, seguir-se-á ainda, em Dezembro, a CoP21 que terá lugar em Paris.

A sociedade civil tem marcado presença nestas conferências internacionais, procurando influenciar as agendas apelando a que sejam mais ambiciosas e inclusivas. Porém, os avanços têm ficado aquém do esperado, nomeadamente na III Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis Abeba, onde se discutiram os meios de implementação e de financiamento dos ODS. Uma agenda de Desenvolvimento ambiciosa, como pretende ser a agenda dos ODS, requer uma mobilização de recursos à escala global igualmente ambiciosa. A relevância do tema, para além da sua actualidade na agenda internacional, levou-nos a escolher o Financiamento para o Desenvolvimento como tema de central desta edição.

O dossier abre com o olhar da plataforma de sociedade civil britânica BOND sobre a III Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento. Mareen Buschmann realça ter sido possível chegar-se a um acordo,

embora tenha ficado aquém das expectativas, uma vez que os compromissos assentam na acção voluntária dos países e não em compromissos concretos. Sobre este tema, recuperamos também um excerto do relatório da *Health Poverty Action* que compara os fluxos financeiros que entram e saem anualmente do continente africano, demonstrando que “o resto do mundo está a desviar recursos de África”. O relatório denuncia ainda a “cortina de fumo em torno da ajuda ao desenvolvimento” e apela a uma maior transparência e prestação de contas. Sendo o Financiamento para o Desenvolvimento um tema, considerado por muitos, demasiado técnico, procuramos contribuir para descodificá-lo e incluímos no dossier um glossário, para além de duas caixas de recursos fundamentais. O dossier integra ainda uma entrevista ao CEO da *Publish What You Fund*, Rupert Simons, que sublinha a importância do reconhecimento da transparência na disponibilização de informação como um dos principais resultados alcançados em Adis Abeba.

O Financiamento para o Desenvolvimento não se restringe ao financiamento público que um Estado canaliza para um país em Desenvolvimento. Na rubrica Boas Práticas, abordamos por isso formas alternativas de financiamento da cooperação para o Desenvolvimento, tais como a taxa sobre os voos internacionais, o resgate de activos financeiros não reclamados nos bancos ou os títulos de obrigações da diáspora. Abordamos também a Taxa sobre Transacções Financeiras (TTF), sendo Portugal um dos dez países europeus que apoiam a sua implementação.

Fechamos esta edição com um artigo do Grupo de Trabalho Ética que descreve o processo em curso na Plataforma Portuguesa das ONGD, com vista à elaboração de um código de ética.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



SERÁ A AGENDA DE ACÇÃO DE ADIS ABEBA AMBICIOSA O SUFICIENTE PARA FINANCIAR O FUTURO?

MAREEN BUSCHMANN
POLICY ADVISER NA BOND

Quando os governos de todo o mundo se reuniram em Adis Abeba, em Julho deste ano, tinham sobre a mesa o enorme desafio de chegar a um acordo suficientemente ambicioso para financiar o futuro do Desenvolvimento Sustentável. Na terceira **Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento** definiram-se o enquadramento e os meios para financiar os novos e universais Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um primeiro marco fundamental neste ano decisivo para o Desenvolvimento Sustentável. Com a **Cimeira Pós-2015** e a Conferência das Partes sobre Alterações Climáticas (**COP21**) quase a acontecer, a Conferência de Adis Abeba foi o primeiro evento a revelar se o mundo está preparado e se tem a ambição necessária para erradicar a pobreza global.

A comunidade internacional está agora a finalizar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Mas quando a poeira assentar, precisaremos de trabalhar na efectiva implementação dos acordos para alcançar um Desenvolvimento Sustentável e nessa altura surgirão as perguntas: será Adis Abeba tida em conta? Será que **Agenda de Acção de Adis Abeba** vai permitir que façamos o nosso melhor no sentido de alcançar um mundo onde ninguém tem que viver na pobreza, onde as desigualdades reduzem em vez de aumentar e as mudanças climáticas são prevenidas. Neste momento a resposta é “ainda não”. No início, quando as negociações ficaram

paralisadas em torno de algumas questões em aberto (se se deve reformar a taxa de cooperação tributária internacional de forma a dar aos países em Desenvolvimento voz quando as decisões são tomadas – para citar apenas um exemplo), parecia que iríamos deixar a conferência sem qualquer resultado. Felizmente, existe um acordo, mesmo que o foco seja na acção voluntária e não em compromissos concretos e resultados práticos.

Com o relatório **Financing the Future**, a plataforma britânica das ONGD, BOND, antecipando a conferência, elencou as perguntas-chave da sociedade civil britânica, apelando a que os governos mostrassem liderança nas questões relacionadas com os impostos e a ajuda ao Desenvolvimento em particular. Então, o que é que a Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento definiu e como é que a Agenda de Acção de Adis Abeba pretende mobilizar recursos de qualidade e abordar questões sistémicas subjacentes para assegurar que conseguimos financiar um futuro sustentável?

‘FELIZMENTE, EXISTE UM ACORDO, MESMO QUE O FOCO SEJA NA ACÇÃO VOLUNTÁRIA E NÃO EM COMPROMISSOS CONCRETOS E RESULTADOS PRÁTICOS.’

Em algumas partes, a narrativa foi na direcção certa: recursos internos dos países, tais como impostos, foram um dos pontos principais da ordem de trabalhos – realçando o facto de que, para os países em Desenvolvimento, os impostos são uma das formas mais eficazes e previsíveis de financiar o seu próprio Desenvolvimento. A Conferência também permitiu chegar a compromissos reforçados ao nível da transparência dos dados, e a uma linguagem forte no que diz respeito à eficácia e à transparência de todos os fluxos financeiros, o que pode ser um ponto de partida para discussões sobre os mecanismos de prestação de contas de todos os fluxos financeiros para o Desenvolvimento, incluindo o financiamento privado.

Em contrapartida, áreas cruciais foram alvo de pouca e fraca reflexão. A renovação dos compromissos relativos às metas de ajuda global, por exemplo, ou seja, o compromisso dos países desenvolvidos em fornecer 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) como ajuda pública ao Desenvolvimento, manteve-se muito fraco, continuando apenas no campo das intenções, em vez de serem definidos objectivos concretos e calendarizados. O Reino Unido, como o primeiro país do G7 a cumprir esta meta em 2013, liderou a discussão sobre este assunto, a fim de tentar que outros países seguissem o mesmo caminho (por exemplo, em 2014 Portugal disponibilizou apenas 0,19% do RNB como APD) – conseguindo pelo menos uma renovação dos compromissos dos países da UE em matéria de ajuda ao Desenvolvimento, o que está reflectido no documento final da conferência. Igualmente, os sistemas fiscais internacionais actuais e as questões sistémicas subjacentes que restringem as capacidades de os países em Desenvolvimento financiarem o seu próprio Desenvolvimento quase não foram abordados. Além disso, as organizações da sociedade civil destacaram com preocupação o excesso de ênfase colocado sobre o papel do sector privado.

Felizmente, a III Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento foi apenas um primeiro passo – e tem o mérito de iniciar o debate, delineando algumas boas intenções da comunidade internacional. Agora sabemos quais os assuntos e as áreas que exigem compromissos fortes e nos quais nos podemos apoiar na Agenda de Acção de Adis Abeba para transformar as promessas em resultados concretos, tanto a nível nacional como internacional. Depois de aprovados os ODS, esta é a nossa próxima e crucial tarefa: precisamos de provar que somos suficientemente ousados para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades. É altura de enfrentar o desafio em

várias etapas e, daqui a um ano, analisar os resultados de Adis Abeba – veremos então se os governos conseguiram transformar as boas intenções em acções e continuaremos o debate após a apresentação de resultados concretos.

Versão original **aqui**.

ADAPTAÇÃO PARA PORTUGUÊS POR CÉSAR NETO E NÉLIA RIBEIRO.

RECURSOS SOBRE ADIS ABEBA

/ AFRODAD, EURODAD, JSAPMDD, LATINDADD, TWN (2015) **Negociações das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento: Que resultados deverão ser alcançados em Adis Abeba, em 2015?**

/ CIDSE (2015) **Why Addis Ababa Matters: CIDSE Recommendations for the Third UN International Financing for Development Conference**

/ CONCORD (2015) **Destination Addis Ababa: The European Union's responsibilities at the third financing for development conference**

/ CPDE (2015) **CPDE reaction to the Addis Ababa Action Agenda (AAAA)**

/ CPDE (2015) **Position Paper “A long way from Monterrey to Addis: Placing an effective global partnership at the heart of development processes”**

/ IFP–FIP (2015) **III Conferência FpD: quem paga a conta dos países mais pobres?**

/ REUTERS (2015) **Did the U.N. financing for development conference deliver?**

/ **Third FfD Failing to Finance Development: Civil Society Response to the Addis Ababa Action (2015)**

/ **Third International Conference: Financing for Development – Time for Global Action**

/ UNITED NATIONS (2015) **Outcome document of the Third International Conference on Financing for Development: Addis Ababa Action Agenda**

COMO É HOJE FINANCIADO O DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA?

NATALIE SHARPLES, TIM JONES, CATHERINE MARTIN ¹

A organização britânica **Health Poverty Action** publicou, em 2014, o relatório “*Honest Accounts? The true story of Africa’s billion dollar losses*” ² no qual compara os fluxos financeiros que entram e saem do continente africano. A organização considera que não está a ser contada a verdade aos cidadãos e cidadãs sobre a relação financeira do Ocidente com África e, conseqüentemente, sobre o que realmente tem de acontecer de modo a combater a pobreza global.

Em comparação com o que perde, o montante total que África recebe em ajuda ao desenvolvimento é insignificante. A verdade é que as nações ricas retiram muito mais de África do que aquilo que dão ao continente sob a forma de ajuda ao desenvolvimento, incluindo através da evasão fiscal, do reembolso da dívida, da fuga de cérebros e dos custos injustos associados às alterações climáticas – de onde, aliás, as nações ricas retiram benefícios.

Se os decisores políticos realmente querem suplantar-se uns aos outros na demonstração do seu interesse em combater a pobreza global, então é preciso que aceitem o seu papel na perpetuação da pobreza e que se comprometam a reformar os sistemas internacionais que se mantêm à custa dos recursos de África. E as ONGD devem pressioná-los para promover essa reforma.

A realidade é que o resto do mundo está a desviar recursos de África. Este continente está, de longe, a perder muito mais por ano do que aquilo que ganha. Se, por um lado, entram 134 mil milhões de dólares no continente todos os anos, predominantemente sob a forma de empréstimos, investimento estrangeiro e ajuda ao desenvolvimento, 192 mil milhões de

dólares são-lhe retirados, sobretudo associados a lucros obtidos por empresas estrangeiras, à evasão fiscal e aos custos da adaptação às alterações climáticas. O resultado é que África sofre de uma perda líquida de 58 mil milhões de dólares por ano. Como tal, a ideia de que estamos a ajudar África é errada; é África que está a ajudar o resto do mundo. Enquanto somos levados a crer que a “ajuda” dos países ricos direccionada ao continente africano é uma marca da nossa generosidade, a nossa investigação demonstra que isso é uma mentira.

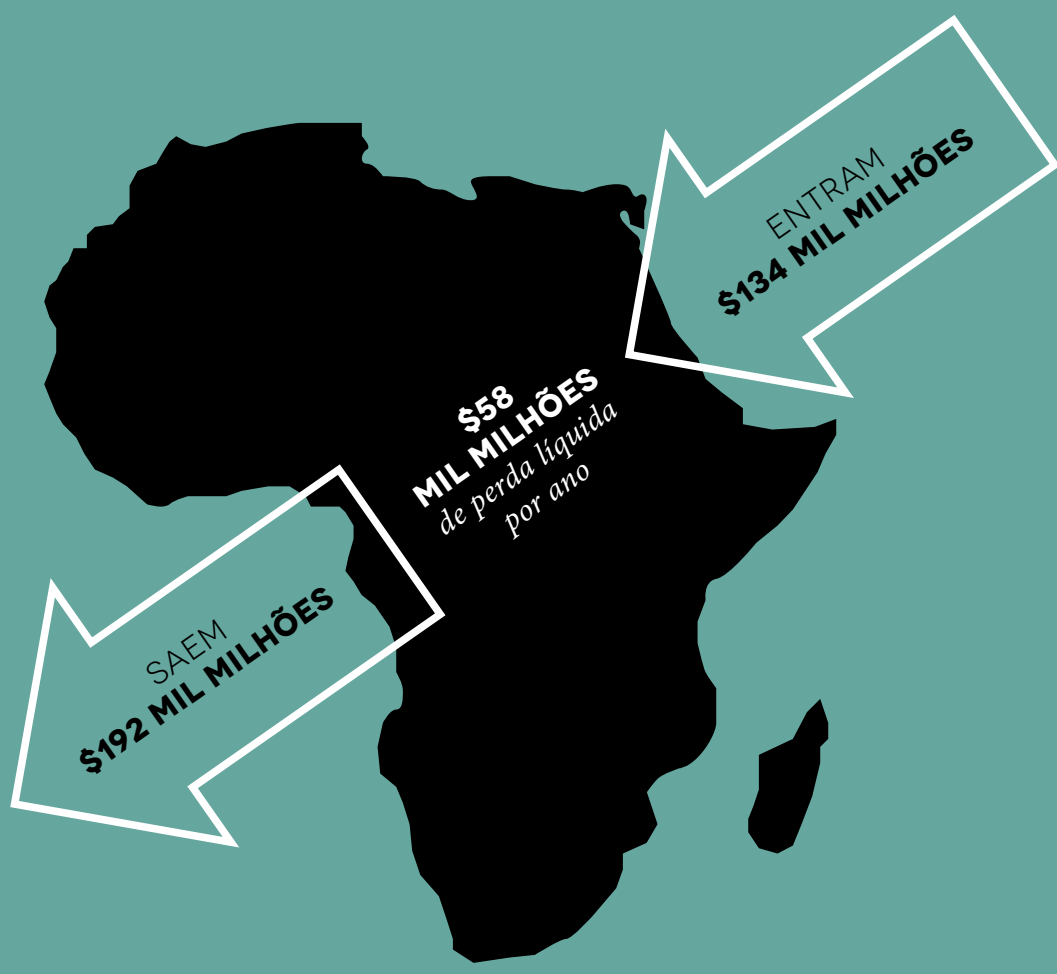
‘SE, POR UM LADO, ENTRAM 134 MIL MILHÕES DE DÓLARES NO CONTINENTE TODOS OS ANOS, PREDOMINANTEMENTE SOB A FORMA DE EMPRÉSTIMOS, INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E AJUDA AO DESENVOLVIMENTO, 192 MIL MILHÕES DE DÓLARES SÃO-LHE RETIRADOS, SOBRETUDO ASSOCIADOS A LUCROS OBTIDOS POR EMPRESAS ESTRANGEIRAS, À EVASÃO FISCAL E AOS CUSTOS DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.’

Os países ricos beneficiam em muito das perdas de África. Enquanto a ajuda ao desenvolvimento destinada a África se fica por menos de 30 mil milhões de dólares por ano, o continente está a perder 192 mil milhões de dólares anualmente noutros fluxos de recursos, maioritariamente para os mesmos países que fornecem essa ajuda. Isto significa que os cidadãos africanos estão a perder quase seis vezes e meio aquilo que os seus países recebem em ajuda ao desenvolvimento por ano, ou seja, em cada \$153 disponibilizados sob a forma de ajuda ao desenvolvimento, \$980 são devolvidos aos países doadores. Esta realidade exige que repensemos o nosso papel no combate à pobreza em África.

DOSSIER

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

‘ÁFRICA NÃO É POBRE, MAS A COMBINAÇÃO DE POLÍTICAS INJUSTAS, GRANDES DISPARIDADES DE PODER E ACTIVIDADES CRIMINOSAS, PERPETRADAS E SUSTENTADAS POR ELITES RICAS DENTRO E FORA DO CONTINENTE, TEM VINDO A MANTER A POPULAÇÃO AFRICANA NA POBREZA.’



FONTE: Relatório “Honest Accounts? The true story of Africa’s billion dollar losses”



FONTE: Relatório “Honest Accounts? The true story of Africa’s billion dollar losses”

Acreditamos que este relatório é a primeira tentativa de elaborar uma comparação abrangente do leque de recursos que entram e saem de África. Calculámos o dinheiro que sai do continente africano todos os anos e comparámo-lo com os recursos que nele entram. O relatório mostra que África perde:

/ \$ 46.3 mil milhões em lucros obtidos por empresas multinacionais;

/ \$ 21 mil milhões em pagamentos da dívida, frequentemente uma consequência de empréstimos irresponsáveis;

/ \$ 35.3 mil milhões em fluxos financeiros ilícitos facilitados pela rede global de paraísos fiscais ;

/ \$ 23.4 mil milhões em reservas monetárias dadas como empréstimos a outros governos;

/ \$ 17 mil milhões em abates ilegais;

/ \$ 1.3 mil milhões em pesca ilícita;

/ \$ 6 mil milhões como resultado da migração de trabalhadores qualificados de África.

Além destes fluxos de recursos, o continente africano é forçado a pagar ainda mais:

/ \$ 10.6 mil milhões para adaptação aos efeitos das alterações climáticas, que não causou;

/ \$ 26 mil milhões para promover o crescimento económico com baixas emissões de carbono.

Se compararmos estas saídas de fluxos financeiros e estes custos com os influxos de capitais para África, verificamos que o resultado é uma perda anual líquida de 58.2 mil milhões de dólares. Este valor é uma vez e meia superior ao montante adicional necessário para prestar serviços de saúde a preços acessíveis a todas as pessoas no mundo. Se o resto do mundo continuar a atacar África a este ritmo, nos próximos 10 anos, 580 mil milhões de dólares serão retirados ao povo africano.

Contudo, este esgotamento dos recursos de África está a ser ignorado a favor da propaganda da ajuda ao desenvolvimento. Enquanto os governos ricos sentimentalizam a sua generosi-

dade através da ajuda ao desenvolvimento, e muitas ONG clamam por mais, a opinião pública nos países doadores, também eles atingidos por medidas de austeridade, questiona o porquê de estarmos a distribuir dinheiro generosamente para África.

Gerou-se uma cortina de fumo em torno da ajuda ao desenvolvimento. Esta facilitou o surgimento de uma realidade perversa com base na qual os governos ricos celebram a sua generosidade enquanto veem, simultaneamente, as empresas dos seus países a sugar os recursos de África, a promoverem a sua “responsabilidade social” e a encaminharem os lucros para paraísos fiscais, os filantropos ricos a doarem dinheiro e as suas empresas a fugirem aos impostos e as táticas de angariação de fundos a curto-prazo significam que as próprias ONG podem ser culpadas de promover a ideia de que a pobreza pode ser resolvida se dermos alguns euros, ignorando o roubo sistemático que está a acontecer mesmo debaixo dos nossos olhos.

África não é pobre, mas a combinação de políticas injustas, grandes disparidades de poder e actividades criminosas, perpetradas e sustentadas por elites ricas dentro e fora do continente, tem vindo a manter a população africana na pobreza. Os governos ricos estão no centro deste roubo.

Se continuarmos a perpetuar esta narrativa da ajuda desonesta, arriscamo-nos a prejudicar o desenvolvimento a longo-prazo.

É tempo de os governos, políticos, media e as próprias ONG pararem de deturpar a sua “generosidade” e agirem de modo a enfrentar as verdadeiras causas da pobreza. Isto inclui uma acção governamental urgente que encerre os paraísos fiscais, que ponha fim à pilhagem das empresas multinacionais aos recursos africanos, que termine com a “ajuda” sob a forma de empréstimos, promovendo uma maior transparência e prestação de contas em todos os outros acordos de empréstimos, e que seja ambiciosa e abrangente no cumprimento das metas em matéria de alterações climáticas.

ADAPTAÇÃO PARA PORTUGUÊS POR NÉLIA RIBEIRO.

¹ ARTIGO TRADUZIDO E ADAPTADO DO RELATÓRIO “HONEST ACCOUNTS? THE TRUE STORY OF AFRICA’S BILLION DOLLAR LOSSES”

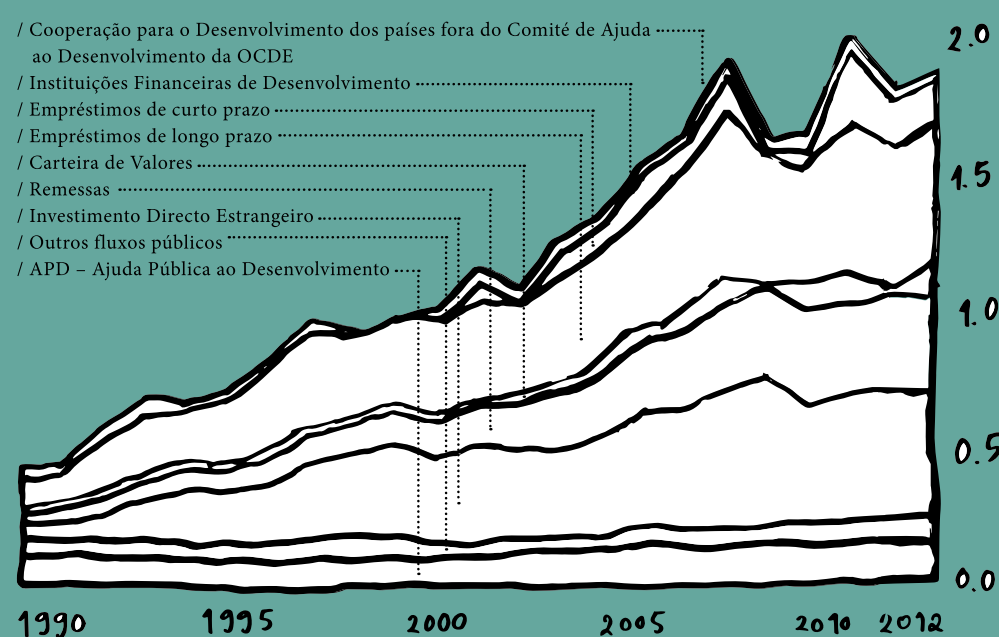
² VÍDEO DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Os fluxos canalizados para financiar iniciativas em prol do Desenvolvimento têm sofrido grandes alterações – em número e em natureza – ao longo das últimas duas décadas, como demonstra o gráfico abaixo. A escalada significativa desde 2000 coincide com a Conferência do Milénio, na qual a comunidade internacional se comprometeu a canalizar mais recursos para os países em Desenvolvimento à escala global. Enquanto a Ajuda Pública ao Desenvolvimento sofre pequenas oscilações nos últimos 20 anos, as remessas, os empréstimos a longo prazo e, sobretudo, o Investimento Directo Estrangeiro assumem um peso cada vez mais significativo ano após ano, sendo

actualmente os principais protagonistas quando se fala de recursos para financiar o Desenvolvimento. Também os recursos disponibilizados pelos países que não são membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (sobretudo, pelas economias emergentes) têm um papel cada vez mais presente neste panorama, embora o volume real das suas contribuições seja ainda difícil de aferir.

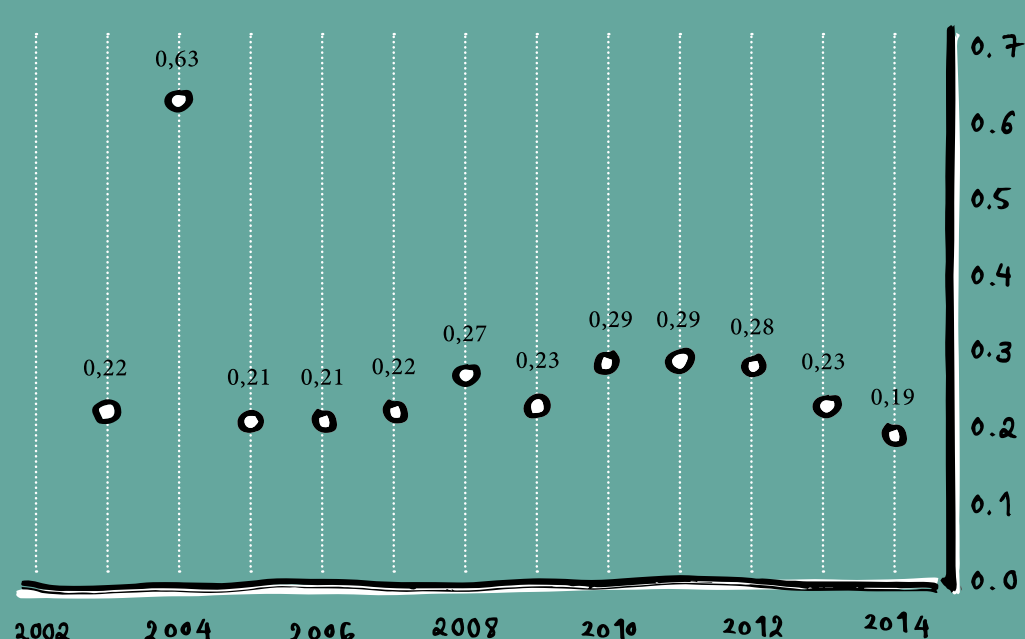
FLUXOS DE RECURSOS INTERNACIONAIS PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
US\$ BILIÕES



NOTA Os dados sobre alguns dos fluxos não abrangem todo o período. Por excluir os fluxos sem dados históricos, os resultados apresentados são mais baixos do que o total de US\$ 2,1 biliões em 2011.

FONTE Development Initiatives (2013), Investments to end poverty Real money, real choices, real lives. Disponível em www.devinit.org / Update from Investments to End Poverty (2013).

EVOLUÇÃO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DE PORTUGAL EM % DO RENDIMENTO NACIONAL BRUTO



FONTE Dados recolhidos pelo Grupo de Trabalho Aid Watch da Plataforma Portuguesa das ONGD

GLOSSÁRIO

SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

AJUDA CONCESSIONAL *Concessional Assistance*: Apoio público prestado em subvenções que podem ir dos 100% a taxas melhores que aquelas praticadas no mercado, ou algures entre as duas modalidades. Termo utilizado para referir o extremo do espectro dos empréstimos, distinto da dívida pública relacionada com os mercados (ver abaixo).

AJUDA LIGADA *Tied Aid*: Ajuda ligada significa que o volume de Ajuda Pública ao Desenvolvimento canalizado para países parceiros está veiculado a empréstimos condicionados à aquisição de bens e serviços a empresas do país doador.

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD) *Official Development Assistance*: Subvenções ou empréstimos concessionais concedidos oficialmente pelos países membros do Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE e agências multilaterais (UE, ONU, etc..) a países em desenvolvimento. Inclui uma lista de elegibilidade de um país, regras para pontuar os gastos relacionados com o desenvolvimento dentro dos países doadores e limites para a inclusão dos empréstimos concessionais. Está actualmente em negociação a adopção de uma medida mais abrangente de contabilização do esforço total dos países em prol do Desenvolvimento (ver abaixo “Apoio total oficial ao Desenvolvimento”).

APOIO TOTAL OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO *Total Official Support for Development*: Um novo conceito agregado recentemente proposto pelo CAD/OCDE para reunir a maior parte do financiamento público internacional que não é contabilizado actualmente nas contas da APD. Em particular, e assumindo que a APD revista contabiliza apenas as subvenções equivalentes a empréstimos, o apoio total oficial ao Desenvolvimento pretende registar a diferença entre esse elemento e o seu valor nominal (neste caso, os Outros Fluxos Públicos desapareceriam enquanto categoria separada nas comunicações ao CAD/OCDE).

DÍVIDA PÚBLICA RELACIONADA COM OS MERCADOS *Market-Related Public Borrowing*: Empréstimos garantidos por mutuários soberanos nos países em desenvolvimento. Os credores são sobretudo órgãos públicos, tais como bancos multilaterais de desenvolvimento, agências de crédito às exportações e mutuários soberanos em termos comerciais de bancos e mercados de capital. As suas taxas de juro devem, e normalmente fazem-no, comparar favoravelmente aos preços de mercado mais baixos aos quais o tomador pode colocar as suas obrigações ou empréstimos privados sindicados.

FINANCIAMENTO PRIVADO PARA O DESENVOLVIMENTO *Private Finance for Development*: Recursos financeiros privados directamente associadas a um investimento público significativo (concessional ou relacionado com o mercado), incluindo através de participações, empréstimos e garantias e instrumentos relacionados.

FINANCIAMENTO PÚBLICO INTERNACIONAL *International Public Finance*: Uma expressão que combina

toda a cooperação para o desenvolvimento, amplamente definida, e a ajuda pública internacional para outros fins públicos, tais como a promoção das exportações e a atenuação das alterações climáticas. Ambas podem ser financiadas em termos mais ou menos concessionais, como acima descrito.

INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (IDE) *Foreign Direct Investment*: O Investimento Directo Estrangeiro decompõe-se em activos (o investimento de Portugal no exterior) e passivos (investimento do exterior em Portugal). Consiste no investimento realizado por -empresas que operem geograficamente num país estrangeiro.

OUTROS FLUXOS PÚBLICOS *Other Official Flows*: O valor nominal, de acordo com as definições actuais da APD, dos empréstimos oficiais reportados ao CAD/OCDE que não podem ser qualificados como APD, quer porque falham no teste da concessionalidade da APD, quer porque têm outras finalidades prioritárias que não o desenvolvimento.

REMESSAS *Remittances*: Toda a transferência monetária que um emigrante faz para o seu país de origem: é uma operação privada e diz necessariamente respeito ao trabalhador migrante. As remessas dos emigrantes tornaram-se uma fonte de financiamento crucial para muitos países em desenvolvimento, ultrapassando por vezes os fluxos de APD e de IDE.

FONTES: MINISTÉRIO DA ECONOMIA / ODI / OIM / RELATÓRIOS AIDWATCH DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



À CONVERSA COM...

RUPERT SIMONS

CEO DA PUBLISH WHAT YOU FUND

ENTREVISTAS REALIZADAS POR
ANA FILIPA OLIVEIRA
INVESTIGADORA NA ACEP E
REPRESENTANTE DO GRUPO DE
TRABALHO AIDWATCH DA PLATAFORMA

QUAL É O PAPEL DA TRANSPARÊNCIA E DE INICIATIVAS INTERNACIONAIS COMO A IATI ('INTERNATIONAL AID TRANSPARENCY INITIATIVE') NA AGENDA PARA A ACÇÃO DE ADIS ABEBA?

O resultado positivo de Adis Abeba, na nossa opinião, é a transformação da importância da transparência não apenas dos fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, mas de todos os fluxos financeiros internacionais e também das contribuições que os Governos e o sector privado têm de fazer em prol do Desenvolvimento nos seus próprios países. Pela primeira vez, um documento sobre Financiamento para o Desenvolvimento internacional reconhece a importância dos dados abertos (*open data*), incluindo a Iniciativa Internacional de Transparência da Ajuda ao Desenvolvimento [IATI, na sigla em inglês], para prestação de contas. Gostaríamos que tivesse uma linguagem mais forte que compromettesse todos os países a publicar informação numa plataforma de dados abertos, mas pelo menos o documento

reconhece a importância da informação aberta e disponível e isso permite-nos continuar a fazer *advocacy* nesta área tão importante.

A IATI E A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO FOI TAMBÉM RECONHECIDA NOS FORA DE EFICÁCIA DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM ACRA E REFORÇADO EM BUSAN.

Isso é verdade, mas a diferença entre esses dois processos é que este é um processo verdadeiramente internacional, todos os Estados membros o assinaram. Mesmo que os compromissos sejam mais fracos que aqueles firmados em Acra e na agenda de Busan, é um processo das Nações Unidas e tem essa legitimidade.

ESTAMOS A FALAR DE MUITOS TIPOS DE FLUXOS FINANCEIROS, COMO OS DO SECTOR PRIVADO, RECEITAS FISCAIS, FILANTROPIA. SERÁ DIFÍCIL FAZER O ACOMPANHAMENTO DE TODOS ESTES FLUXOS, MAS NÃO É TAREFA IMPOSSÍVEL, CERTO?

Peguemos num exemplo: Guiné-Bissau. Bissau recebe um grande volume de Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal, mas recebe também Investimento Directo Estrangeiro de Portugal e temos ainda a migração guineense que envia remessas para o Desenvolvimento da Guiné-Bissau. Podemos dizer que os guineenses são beneficiários ou, pelo menos, parte interessada em três formas de ajuda de Portugal: APD, remessas e investimento estrangeiro. Como é que podemos acompanhar estes fluxos? Para a Ajuda ao Desenvolvimento é simples: a IATI é o padrão internacional de dados abertos e se Portugal não está a reportar

‘HÁ DUAS COISAS QUE ACHO QUE A SOCIEDADE CIVIL PODE FAZER. A PRIMEIRA É PEDIR INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS AO GOVERNO. (...) A SEGUNDA COISA É FAZER COLIGAÇÕES COM OS PAÍSES DO SUL, COM ONG DO SUL.’

de acordo com a IATI, deveria para que os cidadãos da Guiné-Bissau e de outros países possam ver o que estão a fazer. Esta é a primeira coisa a fazer. As remessas, na verdade, são um contrato privado entre o remetente e o receptor, e acho que não há nenhuma pressão para que esses dados sejam abertos. Para as remessas, o mais importante é ajustar os custos de transacção das pessoas para que os bancos não fiquem com grande parte das



RUPERT SIMONS

taxas. Contudo, o terceiro grupo - o Investimento Directo Estrangeiro - é onde, creio, precisamos de dados abertos.

PORQUÊ?

Porque muitos destes investimentos são possibilitados pelo dinheiro dos contribuintes - garantias de exportação, com o apoio de diplomatas, e através de tratados de investimento e, em muitos casos, os países em desenvolvimento dão incentivos fiscais muito generosos para os investidores estrangeiros. Por isso, acreditamos que é de grande importância que os investidores reportem também os termos desses investimentos e das concessões que recebem para isso. Infelizmente, na conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento não se verificaram grandes progressos na questão fiscal e o progresso feito ao nível da OCDE também não é suficiente. É muito importante que as organizações da sociedade civil e as redes, como a Plataforma Portuguesa das ONGD, estejam cientes disto, porque em muitos países o volume total de Investimento Directo Estrangeiro é maior que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e muitas vezes cria mais emprego.

A POSIÇÃO OFICIAL DE PORTUGAL, NO QUE DIZ RESPEITO À IATI, É QUE OS SISTEMAS DE REPORTE DE INFORMAÇÃO DA OCDE – COMO O CRS E O FSS¹ – SÃO SUFICIENTES PARA GARANTIR A TRANSPARÊNCIA DOS FLUXOS CANALIZADOS. POR QUE É QUE NÃO É SUFICIENTE E POR QUE É QUE PORTUGAL DEVERIA ADOPTAR A IATI, POR EXEMPLO?

A primeira razão é que a IATI dá informação em tempo real, assim que é publicada, fica disponível. Isto é realmen-

te importante, porque se está a tentar influenciar o programa de Desenvolvimento, precisa de saber como é que esses programas são hoje e não como eram há dois anos. Os dados da OCDE que se encontram hoje na página têm pelo menos dois anos. Por exemplo, em Julho de 2015, se for ao portal da OCDE, os dados mais recentes são de Dezembro de 2013! Portanto, têm 18 meses. Os dados de 2014 são lançados apenas em Dezembro deste ano. Não é muito útil se quisermos uma prestação de contas agora. Portanto, consideramos que os dados da OCDE são um registo histórico importante, mas são muito pouco úteis para processos de tomada de decisão.

QUE TIPO DE PAPEL PODE DESEMPENHAR A SOCIEDADE CIVIL E, EM PARTICULAR, A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD, PARA PRESSIONAR O NOSSO GOVERNO A ADOPTAR MEDIDAS MAIS TRANSPARENTES DE CANALIZAÇÃO DA AJUDA AO DESENVOLVIMENTO?

Há duas coisas que acho que a sociedade civil pode fazer. A primeira é pedir informação e prestação de contas ao Governo. Por exemplo, se estiver a tentar investigar um caso de corrupção ou um escândalo sobre a forma como a Ajuda ao Desenvolvimento é canalizada, submete um pedido de informação para tentar perceber o que aconteceu àquele dinheiro. E verá que muitas vezes os dados que recebe têm muitos anos. Uma experiência destas pode encorajá-la a fazer pressão junto do Governo para facultar melhor informação, idealmente dados em tempo real. A segunda coisa que pode fazer é fazer coligações com os países do Sul, com ONG do Sul. Vocês têm um papel particularmente importante a desempenhar em Portugal,

porque têm acesso a ONG nos países de língua portuguesa, especialmente em África, em países como Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola. Por que não fazer redes ou coligações com as ONG desses países para perceber para onde vai o dinheiro? O que é que os financiadores estão a fazer nesses países? Esses países têm problemas enormes de prestação de contas, de responsabilização e de eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento no passado. E há ONG em todos esses países a defenderem um melhor Desenvolvimento, uma melhor utilização da Ajuda ao Desenvolvimento. Portanto, se tiverem relações com essas ONG, apoiem-nas a perceber e a defender o direito que têm em ter acesso a esses dados. Não são dados do Governo, são os nossos dados.

Entrevista realizada durante a III Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis Abeba, Etiópia

Versão completa da entrevista [aqui](#).

¹ O 'CREDITOR REPORTING SYSTEM' (CRS) E O 'FORWARD SPENDING SURVEY' (FSS) SÃO DOIS INSTRUMENTOS DA OCDE PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO



CENTRO DE RECURSOS DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2015

RECURSOS FUDAMENTAIS

Ana Filipa Oliveira (2015) *Financiar o desenvolvimento: business as usual ou novo compromisso?*, Le Monde Diplomatique, Julho 2015

BOND (2015) *Using public money to leverage private finance: six challenges and one solution*

CONCORD (2014) *2014 Aidwatch report: AID Beyond 2015*

IFP-FIP (2015) *Participação popular na implantação, monitoramento e avaliação da Agenda de Desenvolvimento pós-2015: Uma perspectiva africana*

Nações Unidas (2002) *Monterrey Consensus on Financing for Development*

Nações Unidas (2008) *Doha Declaration on Financing for Development*

OCDE (2014) *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries*

Patrícia Magalhães Ferreira/IMVF (2014) *A ajuda ao desenvolvimento: Revisão do conceito e novas abordagens*

PublishWhatYouFund (2014) *AID Transparency Index 2014*

The World Bank Group (2013) *Financing for Development Post-2015*

‘SITES’ DE REFERÊNCIA

Beyond 2015 / Bond / CIDSE / Common Africa Position (CAP) on the Post-2015 Development Agenda / Global Policy Forum / ECDPM / Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONG / OCDE / ODI / The Guardian / UNCDF / UN Department of Economic and Social Affairs / USAID

TTF – UMA SOLUÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO?

CÉSAR NETO

RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

A criação e a aplicação de uma Taxa sobre as Transacções Financeiras (TTF) são, há vários anos, discutidas a nível internacional, não só no âmbito da União Europeia como também da ONU e do G20.

Não sendo recente, a ideia de criar uma taxa sobre as transacções financeiras à escala global visa contribuir para ajudar os países mais afectados pela instabilidade financeira e é uma solução para financiar causas como o combate à pobreza. Actualmente pretende-se que esta taxa disponibilize mais recursos para minimizar os efeitos económicos e sociais negativos causados pela crise e pelos cortes em Portugal, na Europa e no Mundo.

Esta taxa permitirá obter do sector financeiro e da banca, até agora em grande parte isentos de taxas (do IVA, por exemplo), uma contribuição justa e equilibrada (com taxas muito modestas, de 0,01% para transacções de produtos derivados e 0,1% para transacções envolvendo acções). Pretende-se, pois, taxar o sector financeiro e a banca e não os cidadãos europeus.

Parte das receitas desta taxa deverá ser canalizada para o financiamento de prioridades globais, nomeadamente a luta contra a pobreza, o combate às doenças pandémicas e a minimização dos efeitos das alterações climáticas.

Para que tal seja possível, é fundamental que seja implementada uma TTF alargada, no âmbito do Procedimento de

Cooperação Reforçada na Europa, que abranja acções, títulos e derivados (como proposto pela Comissão Europeia). Uma TTF elaborada neste sentido permitirá um aumento de receitas na ordem dos 34 mil milhões de Euros a nível europeu (Fonte: TheRobinHoodTax), fundos vitais para ajudar a proteger empregos e serviços públicos e para garantir que Portugal cumpra os compromissos relacionados com o combate à pobreza e com as alterações climáticas a um nível global.

Esta taxa pode ainda contribuir positivamente para mudar o comportamento dos mercados financeiros e da banca, tornando-os mais favoráveis aos investimentos produtivos de longo prazo.

Em suma, numa altura em que os cidadãos e as cidadãs europeus já estão a fazer sacrifícios enormes, os Estados-membro não devem perder a oportunidade de regular o sector financeiro, o principal responsável pela recessão económica. Uma TTF alargada irá trazer uma maior estabilidade ao sector financeiro e recolher milhões de Euros que devem ser utilizados para ajudar os mais afectados pela crise económica e pela pobreza, em todo o mundo.

A Plataforma Portuguesa das ONGD associou-se a um grupo constituído por diferentes organizações da sociedade civil europeias que visa conseguir a criação de uma TTF.

Estas organizações têm pressionado a União Europeia, nomeadamente o ECOFIN (Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros), e os respectivos Estados-membro para a aprovação e aplicação de uma TTF o mais ampla e o mais rapidamente possível, apesar das recentes pressões contrárias da banca e do sector financeiro. Neste sentido, é de lamentar a falta de progressos, e mesmo alguns retrocessos, relativamente à implementação da Taxa.

Portugal, juntamente com a Áustria, Alemanha, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, França, Grécia e Itália, decidiram apoiar a implementação de uma TTF.

A 27 de Janeiro de 2015, os representantes destes países no ECOFIN reiteraram a vontade de criar as condições necessárias para implementar a Taxa europeia sobre as Transacções Financeiras a 1 de Janeiro de 2016.

FORMAS ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO À COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

PEDRO KRUPENSKI
PRESIDENTE DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

É fundamental, cada vez mais, serem identificadas e implementadas formas alternativas de financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento que não onerem o Orçamento do Estado e que possam - algumas - complementar as despesas que são computadas como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Há muito que a Plataforma Portuguesa das ONGD defende a procura (e a adopção!), pelos Estados, nomeadamente, por Portugal, de algumas dessas formas. Além da implementação de uma taxa sobre transacções financeiras, como explicado mais detalhadamente atrás, existem outras modalidades que consideramos adaptáveis ao nosso contexto:

A implementação de uma **taxa sobre os voos internacionais**: consiste simplesmente na criação de uma taxa, a pagar por cada passageiro de voos internacionais, que incide sobre o preço do bilhete de avião. Pode oscilar entre 1€ para os bilhetes da classe turística e os 40€ para a classe executiva. Os passageiros estão isentos e cada país pode decidir sobre o valor da taxa a aplicar e sobre a classe de bilhetes sujeitos à taxa. Desde 2006 já 9 países adotaram esta fonte de receita (Camarões, Chile, República Democrática do Congo, França, Madagáscar, Mali, Maurícias, Níger e Coreia do Sul). Em apenas 5 anos, nestes países, foram mobilizados por esta via mais de 1.300 milhões de dólares. França tem tido receita estabilizada nos 160 milhões Euros por ano desde que imple-

mentou esta taxa em 2006. Muitos têm aplicado a totalidade das receitas na luta contra a pobreza. Outros têm aplicado parte na redução de emissões de CO2.

O **resgate de activos financeiros não reclamados nos bancos** mobilizando-os para o combate à pobreza. Em Inglaterra existem 19 mil milhões de Euros em activos de carácter financeiro não reclamados, i.e. dinheiro em contas bancárias, juros de obrigações, dividendos de acções, seguros de vida e outros, não reclamados há mais de 20 anos. Foi criada uma comissão de activos não reclamados, para que estes sejam devolvidos à sociedade, bem como um Banco Social que financia as políticas do Ministério para o Terceiro Sector.

A reversão de parte das **receitas dos Jogos de Sorte e de Azar**, nomeadamente os dos casinos e os da Santa Casa da Misericórdia para a luta contra a pobreza. Um exemplo de excelência é a lotaria britânica (*Big Lottery Fund UK*). Dispõe de um fundo (*International Communities*) acedível por ONGD e equiparáveis, desde que tenham actividade de cooperação para o desenvolvimento, as quais podem submeter projectos a candidatura para financiamento de montantes entre as 50 mil e as 500 mil Libras. Entre 2010 e 2015 este fundo disponibilizou 80 milhões de Libras para a luta contra a pobreza em países em desenvolvimento.

Títulos de Obrigações da Diáspora (*Diaspora Bonds*): são obrigações emitidas por um país em desenvolvimento para serem compradas pela diáspora desse país como forma de financiar o orçamento público do país emitente para o seu desenvolvimento. A Etiópia é um dos poucos países africanos com experiência de angariar capital por este meio, designadamente para financiar um projecto de geração de energia hidroeléctrica. O Título de Obrigações do Milénio foi emitido pela Autoridade de Energia e subscrito pelo Banco Nacional da Etiópia. Em Portugal, poderia pensar-se na criação e venda pública de Títulos de Obrigações da Diáspora em que os imigrantes, bem como qualquer interessado, comprariam estas Obrigações emitidas pelo Estado que se vincularia ao compromisso de aplicar as receitas obtidas pela venda desses títulos na luta contra a pobreza no país de origem dos titulares das Obrigações ou no país correspondente às Obrigações, mesmo que adquiridas por alguém que não seja oriundo desse país.

AVALIAR A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA:

O CONTRIBUTO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD PARA O “PEER REVIEW” DO CAD-OCDE

PEDRO CRUZ

DIRECTOR EXECUTIVO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD-OCDE), de que Portugal é membro fundador, realiza periodicamente exames interpares (*Peer Review*) à evolução das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento dos seus membros. O último exame à Cooperação Portuguesa foi em 2010, estando por isso a decorrer ao longo deste ano de 2015 um novo processo de avaliação, com várias fases, que para além de reuniões em Lisboa com representantes de entidades públicas, privadas e da sociedade civil, inclui também uma visita a um dos principais países parceiros de Portugal, neste caso S. Tomé e Príncipe.

Estas *Peer Review* são momentos importantes de balanço, com relevância política e influência no processo de tomada de decisões por parte da tutela, resultando num conjunto de recomendações que visam melhorar a qualidade e eficácia das políticas públicas nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Acção Humanitária. Para a Plataforma Portuguesa das ONGD é também uma oportunidade de reforçar o seu trabalho de monitorização e advocacia, apresentando as suas posições e propostas, não só para melhorar o ambiente favorável ao trabalho das ONGD, a nível nacional e internacional, mas também dando um contributo para melhorar a eficácia global da Cooperação Portuguesa.

Nesse sentido, a Plataforma elaborou um “relatório sombra”¹ em que efectua um balanço sobre a evolução do sector desde 2010, assinalando as principais alterações, as medidas tomadas e os seus impactos. O documento apresenta um conjunto de recomendações e propostas consideradas relevantes para assegurar a correcção de erros e para responder aos principais desafios que se colocam a Portugal no sector da Cooperação.

A crise financeira internacional marcou claramente os últimos anos. O programa de austeridade imposto pela *troika* obrigou a uma redefinição global das políticas públicas, com consequências transversais para todos os sectores de actividade. As políticas de cooperação não poderiam deixar de ser afectadas. Contudo, face a uma redução tão acentuada dos recursos disponíveis, impunha-se que a sua gestão tivesse sido mais eficaz e criteriosa, o que não aconteceu. Por um lado, a maioria das medidas implementadas no sector da Cooperação teve como objectivo principal cortar custos, muitas vezes de forma cega, sem ter em conta os impactos negativos desses cortes, muito além apenas da questão financeira. Por outro lado, essas medidas foram tomadas sem uma perspectiva ou visão estratégica que permitisse salvaguardar algumas das mais-valias da Cooperação Portuguesa. Por exemplo, a fusão do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento com o Instituto Camões significou uma clara diminuição do peso político da Cooperação para o Desenvolvimento face às duas grandes prioridades que foram definidas para a Política Externa: a promoção

‘A PLATAFORMA ELABOROU UM “RELATÓRIO SOMBRA” EM QUE EFECTUA UM BALANÇO SOBRE A EVOLUÇÃO DO SECTOR DESDE 2010, ASSINALANDO AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES, AS MEDIDAS TOMADAS E OS SEUS IMPACTOS.’

internacional da Língua Portuguesa e a Diplomacia Económica. Reconhecendo que existem claras sinergias entre estas áreas de intervenção, que podem e devem ser potenciadas, são também claras as diferenças entre os objectivos específicos que cada uma delas procura concretizar e deve por isso manter-se uma separação das formas de intervenção de modo a que, caminhando paralelamente, não haja sobreposição entre elas.

Em Março de 2014, o Governo apresentou finalmente, quase 3 anos depois do início da legislatura, o novo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa um passo crucial para entender as prioridades e caminhos que se pretende trilhar no futuro. Faltava, no entanto, criar os instrumentos que promovam a sua operacionalização. Muitas das propostas que a Plataforma incluiu no relatório apresentado ao CAD-OCDE, como a reativação do Fórum da Cooperação e a adaptação ao contexto actual das estratégias sectoriais já existentes ou a criação de um instrumento de monitorização orçamental que permita melhorar o acompanhamento e a coordenação das intervenções dos vários Ministérios, devem ser discutidas e consideradas na definição desses mecanismos de implementação.

A Plataforma e as suas Associadas, partilhando uma visão e uma missão comuns, continuarão a trabalhar para que a Cooperação Portuguesa volte a ganhar peso político dentro da política externa nacional e continue a contribuir para o esforço conjunto de luta contra a pobreza global e para a defesa dos Direitos Humanos. O relatório sombra apresentado à OCDE é mais um passo nesse sentido.

‘AS MEDIDAS FORAM TOMADAS SEM UMA PERSPECTIVA OU VISÃO ESTRATÉGICA QUE PERMITISSE SALVAGUARDAR ALGUMAS DAS MAIS-VALIAS DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA’, É UMA DAS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO SOMBRA ELABORADO PELA PLATAFORMA.



Consulte o Relatório Sombra [aqui](#).

O QUE É O PEER REVIEW DO CAD/OCDE?

Um *Peer Review* (exame interpares) é um processo de avaliação da evolução das políticas de Cooperação ao Desenvolvimento dos países membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD-OCDE), que se realiza de 4 em 4 ou de 5 em 5 anos por equipas que incluem representantes de dois outros países membros. Estes exames interpares tem como objectivos contribuir para melhorar a eficácia das estratégias de implementação dessas políticas e promover as mudanças necessárias para que elas se tornem mais eficazes e sustentáveis. A responsabilização dos Estados membros relativamente aos compromissos que assumem é feita através do registo das medidas tomadas e dos progressos feitos em dimensões chave que têm impacto nos países em desenvolvimento. Estes exames pretendem igualmente promover a troca de experiências e boas práticas entre os membros do CAD-OCDE.

INFORMAÇÃO, REFLEXÃO... APROPRIAÇÃO!

GT ÉTICA DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD ¹

O desafio é grande e a responsabilidade é ainda maior. O objectivo final? A criação de um Código de Conduta que aproxime e oriente as associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Para além de ‘*mais um Código*’... um guia! Um instrumento ao serviço das associadas que espelhe as suas preocupações e ambições. Um guia orientador de boas práticas que devem ser implementadas diariamente por uma organização, com incidência em valores, princípios, gestão, relacionamento, comunicação e transparência. Uma afirmação pública de ética neste ‘terceiro sector’ orientado para a promoção dos Direitos Humanos.

Mais do que nunca, num momento de definição de uma Nova Agenda internacional para o Desenvolvimento e quando todos os dias lemos, ouvimos e defendemos conceitos cuja tradução para português não consegue, por vezes, abarcar tudo o que neles vemos, como *accountability*, *transparency* e *good governance*, assume-se absolutamente essencial olharmos para ‘nós’, ONGD. Percebermos o que realmente nos distingue das demais organizações, de que forma podemos fortalecer a nossa acção, melhorar o nosso desempenho, trabalhar activamente na construção de parcerias sólidas e sobretudo, como podemos efectivamente aplicar o que tanto advogamos: a Dignidade e os Direitos Humanos, a Justiça e a Solidariedade, a Diversidade e o Respeito Mútuo, a Independência e a Autonomia, a Colaboração e Participação, a Sustentabilidade, uma cultura de Responsabilidade e de Responsabilização e a Transparência. É um processo demorado e exigente. Obrigatoriamente inclusivo e participativo.

A definição de um Código que vá além do respeito pela **Carta Europeia** e pelo **Código de Imagens e Mensagens da Concord** assumido pelas associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD não é de *hoje* mas, hoje, estamos mais perto de o conseguir.

Com o apoio da actual Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD, o grupo de trabalho de Ética, composto por 10 associadas, tem promovido importantes momentos de informação e reflexão no sentido de aprofundar as questões da Ética e princípios base de conduta das nossas organizações. A partilha com outros processos de definição, implementação e monitorização de Códigos de Conduta tem apoiado, em grande medida, o nosso percurso, dando-nos pistas concretas do que deve ser feito, o que pode ser evitado e quais os potenciais riscos das diferentes opções estruturais. Esta partilha, alicerçada em reuniões mensais do grupo e projectada em **Oficinas de Conhecimento** tem permitido que questões como a vinculação, monitorização, comunicação e apropriação sejam amplamente debatidas entre as associadas.

Com o apoio do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P. e em associação com o **Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento** que reúne fundações de referência como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação EDP, a Fundação Luso-Americana e a Fundação Portugal-África - o grupo de trabalho tem procurado trazer à discussão exemplos concretos de entidades congéneres. Efectivamente, contributos como os da Fundação Lealtad, da Plataforma das ONG de Cabo Verde, da Plataforma das ONG Irlandesa e, em Dezembro próximo, da ONGD Entreculturas, espelham o empenho dos vários actores do Desenvolvimento na partilha de boas práticas.

Importa agora sistematizar a informação recolhida, aprofundar a reflexão em grupo e avançar com propostas concretas a todas as associadas. Construir um documento que sirva de base a uma discussão focada num objectivo comum - o de criação de um Código que nos valorize, que reforce a nossa identidade e que nos permita afirmar enquanto sector.

A definição do Código é um processo em que *o caminho se faz caminhando* e tão importante como o resultado final, será o valor do debate e a partilha de ideias ... a construção, passo a passo, da verdadeira apropriação deste Código por cada uma das associadas. Até porque, depois de formulado, validado e aprovado por todas as associadas novos desafios irão surgir com a sua implementação e monitorização.

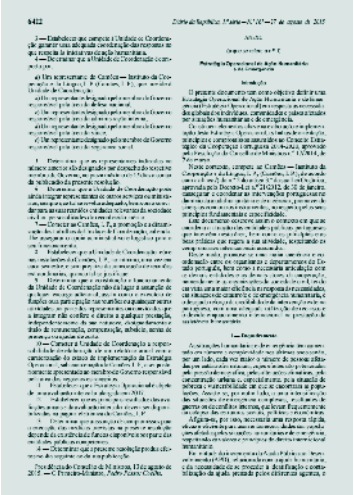
¹ ACTUAIS MEMBROS DO GT ÉTICA: ASSOCIAÇÃO PAR – RESPOSTAS SOCIAIS / CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS / FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT / FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO / FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA / INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR / LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO / MÉDICOS DO MUNDO / ROSTO SOLIDÁRIO / VIDA – VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO





THE SEA ROUTE TO EUROPE THE MEDITERRANEAN PASSAGE IN THE AGE OF REFUGEES

por FUNHCR
em 2015
língua INGLESA



ESTRATÉGIA OPERACIONAL DE ACÇÃO HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA

por CONSELHO DE MINISTROS
em 2015

O conselho de Ministros aprovou esta estratégia e a criação de uma unidade de coordenação de acção humanitária e de emergência que terá a responsabilidade de operacionalizar a estratégia e de coordenar as respostas de acção humanitária. Este é um documento esperado há vários anos pelas ONGD que trabalham neste domínio.

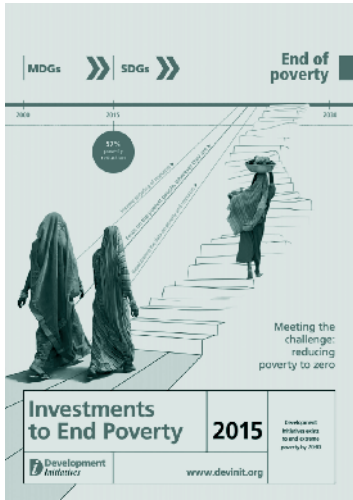
Este relatório apresenta alguns dados sobre a crise dos refugiados, de proporções históricas, que a Europa está actualmente a viver. A resposta a esta crise tornou-se um dos desafios para o continente no início do século XXI, com implicações de longa duração para a prática humanitária, a estabilidade regional e para a opinião pública internacional. Nos primeiros seis meses de 2015, 137.000 refugiados e migrantes cruzaram o mar Mediterrâneo, viajando em terríveis condições, em inseguros barcos e botes, sendo que muitos mais tentaram e morreram no percurso.



2015 STATE OF THE WORLD'S VOLUNTEERISM REPORT

TRANSFORMING GOVERNANCE
por UN VOLUNTEERS
em 2015
língua INGLESA, FRANCESA E
ESPANHOLA

Primeiro estudo global que analisa o estado da arte e avalia o impacto do voluntariado, este relatório demonstra como pessoas comuns oferecem o seu tempo, energia e capacidades para melhorar as condições de vida de “outros”, ao nível local, nacional e global.



INVESTMENTS TO END POVERTY 2015

MEETING THE CHALLENGE:
REDUCING POVERTY TO ZERO

por DEVELOPMENT INITIATIVES
em 2015
língua INGLESA



UMA NOVA LENTE SOBRE O DESENVOLVIMENTO: A COERÊNCIA DAS POLÍTICAS

por PATRÍCIA MAGALHÃES
FERREIRA/IMVF
em 2015

O IMVF Policy paper 3/2015 analisa algumas das questões inerentes à relevância e implementação da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD), apresentando também alguns exemplos dos impactos de várias políticas sectoriais da União Europeia.

Este relatório explora o desafio que enfrentamos para alcançar a pobreza zero, os recursos necessários para atingir esta meta e os resultados que precisamos de alcançar. Acabar com a pobreza extrema nos próximos 15 anos será mais difícil do que tem sido até agora. Verifica-se mesmo que algumas pessoas estão a ser deixadas para trás. Enquanto os resultados são positivos nuns países, noutros a realidade é bem diferente (em 30 países o número de pessoas a viver em extrema pobreza aumentou entre 2002 e 2011).



A CIÊNCIA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO?

EXPERIÊNCIAS DE PAÍSES
AFRICANOS FALANTES DE
LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

por TERESA CRUZ E SILVA & ISABEL
MARIA CASIMIRO / CODESRIA
em 2015

Esta publicação reúne os vários artigos apresentados durante a XIIIª Assembleia Geral do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), em 2011. Os textos centram-se nos grandes desafios ao nível dos Direitos Humanos, Justiça, Diáspora, Violência de Género, entre outros, enfrentados pelos PALOP.

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	OUT 2015		
				1	2	3	13-27. CÍRCULO DE LEITURA “NÃO HÁ ALTERNATIVA À SOBERANIA ALIMENTAR!” organizado por CIDAC LISBOA	19. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MULHERES NO EURO-MEDITERRÂNEO Organizado por PPDM LISBOA	30. CONCERTO “DAR A VOZ PELOS DIREITOS HUMANOS” organizado por ADDHU LISBOA
4	5	6	7	8	9	10			
11	12	13	14	15	16	17			
18	19	20	21	22	23	24	14-29. SESSÕES DE APRESENTAÇÃO: O MOMENTO DE FAZER A DIFERENÇA É AGORA organizado por Leigos para o Desenvolvimento VÁRIAS CIDADES	24. DIA MUNICIPAL PARA A IGUALDADE: UM COMPROMISSO COLECTIVO COM A IGUALDADE. UMA INICIATIVA DE CIDADANIA LOCAL organizado por várias instituições TODO O PAÍS	30. CURSO “GESTÃO E CAPACITAÇÃO ORGANIZACIONAL NO 3º SETOR” organizado por Centro de Formação Bissaya Barreto COIMBRA
25	26	27	28	29	30	31	16-18. OFICINA DE VOLUNTARIADO INTERNACIONAL organizado por Helpo CASCAIS	28-06. INTENSIVE COURSE ON EUROPE-AFRICA RELATIONS - BORDER CROSSINGS IN AND OUT OF AFRICA organizado por CEI-IUL e ISCTE-IUL LISBOA	30-31. CURSO “PRIMEIROS SOCORROS EM AJUDA HUMANITÁRIA DE EMERGÊNCIA” organizado por AKTO COIMBRA
D	S	T	Q	Q	S	S	NOV 2015		
1	2	3	4	5	6	7	02-04. FORMAÇÃO “AVALIAÇÃO DE IMPACTO E MAPEAMENTO DE RESULTADOS - 3.ª EDIÇÃO” organizado por Plataforma ONGD PORTO	11-13. CONGRESSO “DA DESCOLONIZAÇÃO AO PÓS-COLONIALISMO: PERSPECTIVAS PLURIDISCIPLINARES” organizado por várias organizações PORTO	22. CICLO DE CINEMA “DIREITOS E DESENVOLVIMENTO/CINE-ONU” - EXIBIÇÃO DO FILME “COWSPIRACY: THE SUSTAINABILITY SECRET” organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD e UNRIC LISBOA
8	9	10	11	12	13	14			
15	16	17	18	19	20	21			
22	23	24	25	26	27	28	09-20. DESIGN YOUR FUTURE BARCELONA 2015 organizado por FAD, Colectivo Reservo, Par BARCELONA	16. GRANDE DEBATE SOBRE MEDIA E DESENVOLVIMENTO organizado por ACEP, Associação Coolpolitics, CEIS20 e CEsA LISBOA	
29	30	31					11. “O FADO ACONTECE” organizado por AIDGLOBAL LISBOA	18-20. CONFERÊNCIA “QUARENTA ANOS DE INDEPENDÊNCIAS” organizado por várias organizações LISBOA	30. MÉDICOS DO MUNDO ABRE INSCRIÇÕES PARA A V CORRIDA SOLIDÁRIA organizado por Médicos do Mundo
DEZ 2015									
							10. MARATONA DE CARTAS organizado por Amnistia Portugal		

ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A
PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO
ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO
PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA
O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E
ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS
AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE
LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O
DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO
DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS

AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS
REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA
ANTI-POBREZA

E&O ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO
FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O
DESENVOLVIMENTO**

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL
DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER
SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO
IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E
COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO
HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO

HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO
CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE
MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS
PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS
HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESEN-
VOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SAPANA

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPE-
RAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE
E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS
PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER